



**Kelly Cristina Campones  
(Organizadora)**

# **A Interlocução de Saberes na Formação Docente 2**

**Atena**  
Editora  
Ano 2019

Kelly Cristina Campones  
(Organizadora)

# A Interlocução de Saberes na Formação Docente 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
I61	A interlocução de saberes na formação docente 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Kelly Cristina Campones. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A Interlocução de Saberes na Formação Docente; v. 2)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-533-4 DOI 10.22533/at.ed.334191408  1. Educação – Estudo e ensino – Avaliação. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Campones, Kelly Cristina. II. Série. CDD 370.71
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Compreende-se que a formação de professores é uma área de pesquisa abrangente e de longa data, que vem apresentando grandes desafios: seja nas políticas públicas envolvidas, seja nas experiências adquiridas durante seu período de formação e/ou na compreensão sobre a consciência desse processo, no que tange a apropriação de saberes necessários à inserção na docência.

Neste sentido, a obra: “A interlocução dos saberes na formação docente” foi organizado considerando as pesquisas realizadas nas diferentes modalidades de ensino bem como, nas suas interfaces ligadas na área da saúde, inclusão, cultura, entre outras. Aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu I volume, apresenta, em seus 24 capítulos, as pesquisas relativas à Educação Infantil e o Ensino Fundamental I e II .

O volume II, composto por pesquisas relativas ao Ensino Superior perpassando pelo ensino da Educação de Jovens e Adultos , educação profissional e inovações e no seu terceiro volume, aspectos da formação de professores nas tratativas de inclusão bem como, a importância do papel do coordenador(a) e algumas práticas profissionais considerando a relação cultural como fator preponderante no desenvolvimento das práticas educacionais.

Cabe aqui apontar que, os diferentes saberes fundamentam o trabalho dos professores e pode se estabelecer a partir de um processo de enfrentamento dos desafios da prática, resultante em saberes, entretanto pode também ser resultado das resistências.

As suas relações com a exterioridade fazem com que, muitas vezes, valorizem-se muito os saberes experienciais, visto que, as situações vividas podem até ser diferentes, todavia guardam proximidades e resultam em estratégias e alternativas prévias para outras intercorrências.

A mediação entre as práticas de ensino docente frente às atividades propostas adotadas é envolta em uma dinâmica da sala de aula e por consequência na obtenção do conhecimento. Esse “[...] processo dinâmico, contraditório e conflituoso que os saberes dessa prática profissional são construídos e reconstruídos”. (ROMANOWSKI, 2007, p.55).

Aos autores dos diversos capítulos, pela dedicação e esforços sem limites, que viabilizaram esta obra que retrata pesquisas que nos leva ao repensar das ações educacionais, os agradecimentos dos Organizadores e da Atena Editora.

Por fim, esperamos que as pesquisas aqui descritas possam colaborar e instigar mais estudantes e pesquisadores na constante busca de aprofundar e/ou buscar inovar na área da interlocução dos saberes na formação docente e, assim, possibilitar sobre os aspectos quantitativos e qualitativos a busca constante das melhorias da formação docente brasileira.

Kelly Cristina Campones

# SUMÁRIO

## ENSINO SUPERIOR

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
CONHECIMENTO E GESTÃO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	
Reginaldo Aliçandro Bordin	
Thalita Beatriz Levorato	
Fernanda Gozzi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3341914081</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
DIÁLOGOS ENTRE A UNIVERSIDADE E ESCOLA: SOCIALIZAÇÃO PROFISSIONAL EM FOCO	
Warley Carlos de Souza	
Mauro José de Souza	
Débora Fernanda Alves Santos	
Egeslaine de Nez	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3341914082</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>24</b>
DISCUSSÃO SOBRE AS BASES CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA DO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA	
Maria Perpétua Carvalho da Silva	
Jancarlos Menezes Lapa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3341914083</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>36</b>
ESTÁGIO SUPERVISIONADO I: A ARTE DE SER PROFESSOR (A)	
Carolina Agostinho de Jesus	
Nancy Mireya Sierra Ramirez	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3341914084</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>46</b>
DESAFIOS E DIÁLOGOS AO PENSAR A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: OBSERVAÇÃO DO TRATO PEDAGÓGICO DOCENTE NO COMPONENTE CURRICULAR DE ESTÁGIO CURRICULAR I	
Aiana Carvalho Carneiro	
Amanda Santana de Souza	
Denize Pereira de Azevedo	
Suzana Alves Nogueira de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3341914085</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>54</b>
NARRATIVAS DE UM ESTAGIÁRIO: O ESTÁGIO COMO ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE A DOCÊNCIA	
Assicleide da Silva Brito	
Olívia Maria Bastos Costa	
Gabriel Nery Nascimento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3341914086</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>64</b>
O ESTÁGIO CURRICULAR COMO MEDIADOR NO DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO DE SALA DE AULA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Rozilda Pereira Barbosa Claudia Rodrigues Machado de Medeiros Valquíria Soares Mota Sabóia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3341914087</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>77</b>
MONOGRAFIAS DO CURSO DA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DA UESC: AS TECNOLOGIAS PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS	
André Luis Corrêa Fernanda Jordão Guimarães	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3341914088</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>90</b>
O PAPEL DO PIBID NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA	
Mônica Lana da Paz Chrisley Bruno Ribeiro Camargos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3341914089</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>102</b>
O PROGRAMA DE TUTORIA COMO ESPAÇO PARA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES-TUTORES DO CURSO DE FARMÁCIA-BIOQUÍMICA DA FCFRP-USP	
Márcia Mendes Ruiz Cantano	
<b>DOI 10.22533/at.ed.33419140810</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>109</b>
PERCEPÇÃO SOBRE POLÍTICA E CIDADANIA: A CRIAÇÃO DE UMA PESQUISA EM SOCIOLOGIA COMO METODOLOGIA DE ENSINO	
Claudyanne Rodrigues de Almeida Karina Andréa Tarca Cleber Alves Feitosa Gilson Everton Olegário Campos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.33419140811</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>119</b>
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DO PROJETO INSTITUCIONAL DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NA UNIPAMPA	
Claudete da Silva Lima Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.33419140812</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>129</b>
O USO DO GÊNERO TEXTUAL “POEMA” COMO RECURSO PEDAGÓGICO NO ENSINO DE CIÊNCIAS	
Andreína Severo Figueiredo Bruna Jaíne Vasques Renato Lourenço Português Francione Charapa Alves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.33419140813</b>	

**CAPÍTULO 14 ..... 139**

RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS: UMA POSSIBILIDADE METODOLÓGICA DE ENSINO

Luciana Akeme Sawasaki Manzano Deluci

Daniela Bonfim de Castro

Lucenildo Elias da Silva

Luciene de Moraes Rosa

**DOI 10.22533/at.ed.33419140814**

**CAPÍTULO 15 ..... 147**

SELEÇÃO DE BOLSISTAS PARA O PIBID CAPES A PARTIR DE VÍDEOS PRODUZIDOS PELOS CANDIDATOS

Paulo Sergio de Sena

Maria Cristina Marcelino Bento

Neide Aparecida Arruda de Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.33419140815**

**CAPÍTULO 16 ..... 154**

UM PROJETO DE PROFESSORA: A PRÁTICA DE AUTOFORMAÇÃO E AUTOREFLEXÃO POSSIBILITADA PELOS MEMORIAIS DE FORMAÇÃO

Karina Fonseca Bragagnollo

Vanessa Suligo Araújo Lima

**DOI 10.22533/at.ed.33419140816**

**CAPÍTULO 17 ..... 161**

A MODELAGEM MATEMÁTICA NO ENSINO SUPERIOR: UMA PRÁTICA DIFERENCIADA DE SE RESOLVER QUESTÕES MATEMÁTICAS COM NÚMEROS FRACIONÁRIOS

Wagna Mendes Vieira

Kenny Henrique Ferraz Inomata

Adelino Cândido Pimenta

Danúbia Carvalho de Freitas Ramos

Marcelo Faria Campos

**DOI 10.22533/at.ed.33419140817**

**CAPÍTULO 18 ..... 173**

CONTRADIÇÕES QUE APARECEM ENTRE A FORMULAÇÃO E A CONCRETIZAÇÃO DO PARFOR-UEFS-EDUCAÇÃO FÍSICA

Gersivania Mendes de Brito Silva

Wellington Araujo Silva

Raquel Cruz Freire Rodrigues

**DOI 10.22533/at.ed.33419140818**

**JOVENS E ADULTOS**

**CAPÍTULO 19 ..... 184**

O LIVRO DIDÁTICO E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Rafaela Cristine Merli

**DOI 10.22533/at.ed.33419140819**

**CAPÍTULO 20 ..... 190**

O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DENTRO DO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PRESIDÁRIA

Ivanilton Carneiro Oliveira  
Suzana Alves Nogueira de Souza

DOI 10.22533/at.ed.33419140820

**INOVAÇÕES**

**CAPÍTULO 21 ..... 202**

UTILIZANDO A TÉCNOLOGIA EM FAVOR DA APRENDIZAGEM EFETIVA: UMA REFLEXÃO SOBRE A UTILIZAÇÃO DO ENSINO HÍBRIDO

Alan Willian Leonio da Silva  
Maria Cristina Marcelino Bento

DOI 10.22533/at.ed.33419140821

**CAPÍTULO 22 ..... 210**

INOVAÇÕES NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DE FUTUROS PROFESSORES – UMA EXPERIÊNCIA *BLENDED LEARNING*

Maria Cristina Marcelino Bento  
Neide Aparecida Arruda de Oliveira  
Luciani Vieira Gomes Alvareli

DOI 10.22533/at.ed.33419140822

**CAPÍTULO 23 ..... 217**

ALCHEMIST: UMA PROPOSTA DE JOGO DIGITAL PARA O ENSINO DE QUÍMICA QUE PROPORCIONE UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Rafaella Marinho Braga  
Kathleen de Souza Campos  
Nathan Alves  
Vinicius Munhoz Fraga

DOI 10.22533/at.ed.33419140823

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

**CAPÍTULO 24 ..... 224**

O APRENDENDO A APRENDER E AS INFLUÊNCIAS DO MUNDO DO TRABALHO NO PROCESSO FORMATIVO ESCOLAR

João Paulo dos Passos-Santos  
Lilian Fávaro Alegrâncio Iwasse  
Rozana Salvaterra Izidio

DOI 10.22533/at.ed.33419140824

**CAPÍTULO 25 ..... 236**

A PAIXÃO PELO POSSÍVEL DOS SABERES AMAZÔNICOS

João Carlos Gomes  
Noraides Ferreira de Almeida  
Maria Ferreira de Almeida Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.33419140825

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 248**

**ÍNDICE REMISSIVO ..... 249**

## O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DENTRO DO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PRESIDENCIÁRIA

**Ivanilton Carneiro Oliveira**

Universidade Estadual de Feira de Santana  
Feira de Santana – Bahia

**Suzana Alves Nogueira de Souza**

Universidade Estadual de Feira de Santana  
Feira de Santana – Bahia

**RESUMO:** Este trabalho busca compreender como se dá o trabalho do professor de educação física na educação presidiária, tendo como objetivo principal identificar como o professor de educação física vem desenvolvendo seu trabalho na educação do sistema prisional, além de entender a escola dentro da unidade prisional. O presente trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório. Foram feitas coletas nas bases de dados digitais e os materiais científicos selecionados foram: um artigo e uma monografia, que dos anos 2011 e 2014, respectivamente. O que foi encontrado nos materiais científicos não tem como foco a prática docente em si, mas, as atividades físicas, as oficinas e os projetos que esses profissionais desenvolvem dentro desses ambientes, deixando claro que a educação física é tida como uma atividade educativa não formal dentro das escolas no cárcere, o que diminui sua importância enquanto atividade educativa formal. Ficou compreendido que

a educação física no contexto da educação prisional é vista como processo de educação em saúde e lazer, através das vias formais e não formais, pois, promove uma educação efetiva para a saúde e uma ocupação saudável do tempo livre no cárcere. Portanto, tanto os acadêmicos de educação física quanto as instituições formadoras devem estar mais atentos a esse campo de trabalho/estudo, a fim de tirar a invisibilidade que o mesmo possui.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escola, Educação Prisional, Educação Física.

**ABSTRACT:** This work seeks the knowledge of the physical education teacher in presidential education, having as main objective the physical education teacher has been developing his work in the education of the prison system, in addition to understanding the school within the prison unit. The present work consists of a bibliographical research, of qualitative approach and exploratory character. Collections were made in the digital databases and the selected scientific materials were: an article and a monograph, that of the years 2011 and 2014, respectively. What was found in scientific materials does not focus on a teaching practice per se, but as physical activities such as workplaces that exercise levels of schooling, are not comprehensive, are not formal educational activities. This study is an education in the context of health and leisure

for health care, is the making of health and leisure for health and use to relax free in no card. Therefore, academics of physical education should be more attentive to this field of study/study, in order to take an invisibility that it has.

**KEYWORDS:** School, PrisonEducation, PhysicalEducation.

## 1 | INTRODUÇÃO

A educação, como previsto na Constituição, é um direito que deve ser assegurado a todos. No sistema prisional, a educação é vista como uma das formas de ressocialização do apenado. Cabe a ela auxiliar os detentos na sua volta à vida social.

A criação da Lei de Execuções Penais (nº 7.210), em 11 de julho 1984, definiu nos artigos 17 e 18 que os apenados no cumprimento de sua pena deveriam ter direito à educação, por meio da instrução escolar e profissional, bem como também ao ensino do 1º grau.

A educação básica, no presídio, é contemplada na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo contempladas no ambiente prisional também a educação profissional e tecnológica, e a educação superior.

Apesar de ser algo reconhecido por lei há algum tempo, a educação no sistema prisional ainda é marginalizada e tratada com pouca importância, isso se dá pelo fato da maioria das pessoas não acreditarem na ressocialização e tratarem as pessoas em privação de liberdade como pessoas que devem ser, não só privadas de liberdade, mas também de outros direitos, como a educação.

Justamente por toda essa negação ao tema, o mesmo ainda é pouco pesquisado e debatido no meio acadêmico e científico. Neste sentido, é necessário que os acadêmicos busquem refletir, analisar e produzir mais sobre o tema.

Por ser uma área de pouco interesse entre os acadêmicos do curso, tanto para trabalho quanto para pesquisas, esse artigo visa dar grande contribuição à área, pois dá base aos acadêmicos do curso de como seria sua prática na educação presidiária.

O presente trabalho busca compreender como se dá o trabalho do professor de educação física na educação presidiária. Tem como objetivo principal identificar como o professor de educação física vem desenvolvendo seu trabalho na educação do sistema prisional, além disso, objetiva compreender a escola dentro da unidade prisional.

Ressaltando a falta de interesse dos professores pela educação presidiária, esse artigo visa contribuir para uma maior atenção da sociedade para esses indivíduos e também aproximar mais docentes de educação física a esse campo de trabalho.

## 2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Escola: aspectos conceituais e históricos e seu papel na sociedade

A escola constitui-se como um espaço de formação do indivíduo, a partir dela os alunos buscam valores, conhecimento e outra visão de mundo, para além daquilo do seu cotidiano.

Penin (2009, p. 8) conceitua a escola como uma “instituição que a sociedade criou para transmitir às novas gerações o conhecimento sistematizado”. Ainda, segundo ela, essa instituição tem se modificado ao longo do tempo, porém, nenhum outro tipo de organização foi capaz de substituí-la.

A escola é um espaço que tem como princípio realizar atividades educativas formais, também sendo identificada como um espaço de desenvolvimento e aprendizagem, e seu currículo deve levar em consideração aspectos culturais, afetivos, cognitivos, sociais e históricos que estão presentes nas diferentes interações e relações sociais (DESSEN; POLONIA 2007).

Considerando o aspecto histórico da educação, pode-se destacar que no início as instituições de ensino organizado e sistematizado eram as universidades.

Segundo Penin (2009), já existia na antiguidade, na Roma e na Grécia uma preocupação com a formação cultural de meninos para tornarem-se parte das camadas dirigentes, para a educação no convívio público e para as guerras. Dentro desse contexto, eram poucos os que tinham o acesso preparatório para a universidade e a escola, quando existia, privilegiava somente a minoria, mais rica, da população.

Com o acontecimento de movimentos importantes ao redor do mundo, principalmente a Revolução Francesa e os ideais americanos, a escola passou a ter uma relevância maior dentro do contexto social, sendo considerada uma instituição importante e passando a comportar também os filhos das camadas trabalhadoras. A partir daí, tanto na Europa quanto na América Latina a escola começou a se expandir e proporcionar o ensino fundamental a amplas camadas da população.

A escola foi criada pelo homem com objetivo da socialização do saber sistematizado, isto é, constitui-se como espaço de conhecimento de geração para geração. Além disso, a escola tem como papel principal, segundo a Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), contribuir para o desenvolvimento pleno da pessoa, além de qualificá-la para o trabalho e prepará-la para a cidadania, porém, é necessário para que isto ocorra que suas funções sociais sejam cumpridas plenamente.

Ao longo da história as funções sociais da escola foram modificando-se e adquirindo características do momento histórico vigente. Na história do Brasil, as escolas, inicialmente, eram privilégio para poucos. Inicialmente a escola possuía uma função social excludente, pois, somente uma pequena parte – a camada mais rica – da população tinha acesso ao saber sistematizado.

Isso não fugia do que era visto inicialmente no resto do mundo, porém, foi se modificando ao longo do tempo. Como no resto do mundo, no Brasil, foi a partir de alguns movimentos revolucionários e eventos importantes ocorridos entre as décadas de 20 e 30 que a função e a importância da escola foram se transformando. Movimentos, datas importantes e eventos como: a Semana de Arte Moderna (1922), a queda da Bolsa de Nova York (1929), A Revolução de 1930 (1930), o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e o Início do Estado Novo (1937), mudaram a trajetória do papel das escolas na educação brasileira, pois influenciaram nos aspectos cultural, econômico, político e educacional do país (PENIN, 2009). Dentre as mudanças nesse período, destacaram-se como efeitos ao aspecto educacional: o processo de urbanização, o surgimento das primeiras indústrias, a emergência das camadas médias e a imigração, que influenciaram reformas educacionais em vários estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Ceará.

O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, ocorrido em 1932, se destacou como um importante movimento que marcou a educação nacional, pois, defendia “a ideia de uma educação pública, gratuita e laica para todos os cidadãos brasileiros” (PENIN, 2009, p. 26). Outro movimento importante decorrente da época foi a Escola Nova, que contribuiu com algumas ideias para a Constituição de 1934, como a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário.

Mais à frente, na década de 60, ocorreu a criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB (Lei nº 4.024/61), e conforme Penin outro momento de destaque ocorrido nessa década foi a criação de duas leis importantes para educação,

a Lei nº 5.540/68, que desencadeou a reforma universitária; e a Lei nº 5.692/71, que reformou o ensino primário e secundário, ampliando a oferta da escolaridade obrigatória de quatro para oito anos, instituindo o ensino de 1º e 2º graus e propondo a profissionalização do ensino. (PENIN, 2009, p. 28)

Essas mudanças obtiveram ganhos importantes, possibilitando um maior número de alunos presentes na escola, porém, o sucesso dos alunos não era garantido, e isso começou a desencadear dentro das escolas uma cultura de fracasso, resultando no aumento de problemas relativos à qualidade da educação (PENIN, 2009). Problemas esses – como o acesso, baixo rendimento, a igualdade de oportunidades – que se juntaram a outros e são presenciados atualmente dentro do contexto escolar produzindo uma série de incertezas na educação brasileira.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB (Lei nº 4.024/61), é de incumbência das instituições escolares

I – Elaborar e executar sua proposta pedagógica; II – Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; III – Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidos; IV – Velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; V – Prover meios para a recuperação de alunos de menor rendimento; VI – Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; VII – Informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a

Além dessas incumbências, a escola possui funções sociais, que vão fundamentar sua importância e relevância dentro da sociedade. Segundo Dessen e Polonia (2007, p. 25) a escola tem a tarefa de “preparar tanto alunos como professores e pais para viverem e superarem as dificuldades em um mundo de mudanças rápidas e de conflitos interpessoais, contribuindo para o processo de desenvolvimento do indivíduo”.

Ainda conforme Dessen e Polonia (2007) a escola possibilita aos alunos a apropriação da experiência acumulada que proporciona a eles formas de agir, pensar e interagir no mundo, originadas dessas experiências; a compreensão da linguagem simbólica, dos conteúdos acadêmicos e dos mecanismos envolvidos no funcionamento mental, que são essenciais no processo de aprendizagem.

Penin (2009) destaca a função da escola a partir do século XXI, que é voltada para a realização de uma educação plena dos educandos, a partir da ação concreta e do convívio, sendo qualificada pelo conhecimento. Se antes a preocupação era desenvolver o aprender a conhecer e o aprender a fazer, agora há de se preocupar, também, com o aprender a conviver e o aprender a ser (PENIN, 2009).

Assumpção (2005) destaca que o papel da escola hoje deve ser voltado a transformação social do aluno, escolarizando-o para a cidadania, para que cada aluno a partir de sua formação pela escola possa atingir melhores níveis de consciência social e consiga atuar como um agente transformador da sociedade em que vive.

Em suma, o papel da escola atualmente, vai além da transmissão do conhecimento científico, cabendo a ela educar as crianças e adolescentes para que tenham uma vida plena e realizada e também formar profissionais eficientes para o bom funcionamento e melhoria da sociedade.

## 2.2 Escola No Presídio

A educação é um direito social de todos previsto na Constituição (1988, art. 6º). Logo, dentro do presídio, deve ser proporcionada aos detentos uma escola e educação de qualidade. Ainda de acordo com a Constituição (1988), o art. 205 define que

a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, art. 205)

A educação básica no presídio é contemplada na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo contempladas no ambiente prisional também a educação profissional e tecnológica, e a educação superior (art. 2º). O decreto nº 7.626 de 24 de novembro de 2011 em seu art. 1º define que o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP) tem o objetivo de ampliar e

qualificar a oferta de educação nos estabelecimentos penais.

Segundo o art. 3º do decreto nº 7.626 a educação no âmbito do sistema prisional tem como diretrizes:

I - promoção da reintegração social da pessoa em privação de liberdade por meio da educação;

II - integração dos órgãos responsáveis pelo ensino público com os órgãos responsáveis pela execução penal; e

III - fomento à formulação de políticas de atendimento educacional à criança que esteja em estabelecimento penal, em razão da privação de liberdade de sua mãe. (BRASIL, 2011, art. 3º)

De acordo com o Parágrafo Único é necessário que se adeque espaços físicos próprios para a implementação das atividades pedagógicas. Havendo espaço físico adequado e execução de atividades pedagógicas, portanto, há o funcionamento de uma escola (NOVELLI; LOUZADA, 2012).

A educação no sistema prisional é vista como uma das formas de ressocialização do apenado. Cabe a ela auxiliar os detentos na sua volta à vida social.

A criação da Lei de Execuções Penais (nº 7.210), em 11 de julho 1984, definiu nos artigos 17 e 18 que os apenados no cumprimento de sua pena deveriam ter direito à educação, por meio da instrução escolar e profissional, bem como também ao ensino do 1º grau. Porém, mesmo o direito a educação sendo possibilitado aos detentos desde a década de 80, somente em 2010 sancionou-se uma nova lei que permitia a instalação de salas de aulas nos presídios do país. A Lei 12.245/10 alterou o que estava presente no art. 83 da Lei no 7.210/84, autorizando a instalação de salas de aula dentro dos ambientes prisionais (SILVA, 2011).

Com relação à legislação, outro fator importante relacionado à educação no sistema prisional ocorreu com a aprovação do Plano Nacional de Educação em 9 de janeiro de 2001. A Lei nº 10.172, no que tange a Educação de Jovens e Adultos (modalidade em que se dá a educação básica no presídio), definiu como um dos objetivos e metas da EJA

Implantar, em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendam adolescentes e jovens infratores, programas de educação de jovens e adultos de nível fundamental e médio, assim como de formação profissional, contemplando para esta clientela as metas nº 5 e nº 14. (BRASIL, 2001)

Os trabalhos científicos que abordam sobre o tema da educação/escola no presídio não possuem uma história longa, à respeito desse tema as discussões são muito recentes, partindo principalmente do início do século XXI, embora a legislação garanta que a educação no sistema prisional é obrigatória há algum tempo. Apesar disso, a educação dentro das penitenciárias não é recente e já existia nos anos 60. (TEIXEIRA, 2007).

Segundo os dados do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da

Justiça (DEPEN - MJ), em 2014 o Brasil tinha 622.202 pessoas presas - 584.822 homens e 37.380 mulheres. Com relação à escolaridade: pessoas analfabetas, mais as que eram alfabetizadas informalmente e as que tinham ensino fundamental completo representavam 75,08% da população prisional, enquanto, 24,92% das pessoas possuíam ensino médio completo ou incompleto, ensino superior completo ou incompleto.

As atividades educacionais acessadas pela população prisional eram divididas entre formais e complementares. As atividades formais compreendem alfabetização, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, curso técnico (acima de 800 horas de aula) e capacitação profissional (acima de 160 horas de aula), em suas modalidades presencial e à distância. No caso das atividades complementares, são considerados os programas de remição pela leitura e pelo esporte, videoteca e atividades de lazer e cultura. Com relação às atividades educacionais (formal ou informal) somente 13% da população penitenciária participava, sendo que dentro desse número de participantes, 86% da população prisional estava engajada em atividades educacionais no ensino formal e 14% em atividades de remição através da leitura, esporte ou outras atividades educacionais não formais (DEPEN-INFOPEN, 2014)

Ao analisar esses números questões ficam em aberto, como: por que a maioria dos apenados, com base nos dados, possuía uma escolaridade baixa? Se o direito à educação é de todos, por que somente 13% participam das atividades educativas? Por que só 86% dos detentos participavam das atividades formais? E os outros 14%, por que não participavam? Visto que a maioria dos apenados possui uma escolaridade baixa.

Esses questionamentos dão forma à ideia de que apesar de existir várias leis que reforçam a educação dentro do presídio, o que se vê na prática ainda está muito longe do que se lê nos papéis. Teixeira (2007) afirma que deve ser destacado que a educação dentro do presídio é um direito previsto por lei, que a prisão é um recolhimento temporário para preparar o indivíduo para o convívio social e que não implica na perda de todos os seus direitos, portanto, a educação para os detentos não é um privilégio, benefício ou uma mera recompensa oferecida em troca de um bom comportamento.

### **3 | METODOLOGIA**

O presente trabalho consiste em uma revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, acerca do trabalho do professor de educação física dentro da educação presidiária.

Uma pesquisa bibliográfica é feita com base em materiais já elaborados, principalmente livros e artigos científicos, tendo como vantagem dar ao pesquisador

a cobertura de uma ampla gama de fenômenos, e, além disso, esse tipo de pesquisa pode ser entendida como um processo que possui características/etapas, como: escolha do tema; levantamento bibliográfico preliminar; formulação do problema; elaboração do plano provisório de assunto; busca das fontes; leitura do material; fichamento; organização lógica do assunto e redação do texto (GIL, 2002).

Sobre as pesquisas de abordagem qualitativa Bauer e Gaskell discorrem que

ao contrário do que ocorre com as pesquisas quantitativas, as investigações qualitativas, por sua diversidade e flexibilidade, não admitem regras precisas, aplicáveis a uma ampla gama de casos. Além disso, as pesquisas qualitativas diferem bastante quanto ao grau de estruturação prévia, isto é, quanto aos aspectos que podem ser definidos já no projeto (BAUER; GASKELL, 2002, p. 23).

Já o caráter descritivo de uma pesquisa bibliográfica tem como foco principal “a descrição das características de determinada população fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p. 42).

Foram feitas coletas nas bases digitais, a partir do Google Acadêmico. Os materiais que tratam especificamente do trabalho do professor de educação física em escolas no presídio foram praticamente escassos. Dos trabalhos científicos encontrados, os selecionados foram: “O profissional da educação física no sistema prisional brasileiro” de Edmar Souza das Neves, Marília Velardi e Mesaque Silva Correia (2011) e “Educação física dentro das prisões – um desafio” de Luiz Gustavo Foregatto Louzano (2014) – um artigo e uma monografia, respectivamente. Os materiais foram selecionados por abordar o trabalho, em específico, do professor de educação física dentro do ambiente da educação prisional. Ainda há pouca produção referente a prática do professor de educação física nesse campo de trabalho, o que invisibiliza o tema e inviabiliza análises mais vastas precisas sobre o mesmo.

Após a seleção do material, os mesmos foram lidos, seguindo os cinco passos de leitura do material definidos por Gil (2002), sendo inicialmente feita uma leitura exploratória, para verificar em que medida as obras se relacionavam com a pesquisa, depois uma leitura seletiva com o objetivo de definir os materiais de interesse para a pesquisa, na sequência, uma leitura analítica para analisar os textos que foram definidos para a pesquisa e por fim uma leitura interpretativa com o intuito de relacionar as afirmações dos autores com o problema para qual se propõe uma solução.

Conseqüentemente a isso ocorreu a análise descritiva dos dados para a resolução do problema.

#### **4 | DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: EDUCAÇÃO FÍSICA NO PRESÍDIO**

O material científico encontrado que aborda a discussão sobre a educação física dentro do contexto da educação prisional foi pouco, quase escasso. Necessitou-se de uma pesquisa profunda dentro do tema da educação prisional. Isso era de

se esperar pela forma de rejeição e pouco relevância que tem esse tema pelos acadêmicos de educação física e até pelas autoridades responsáveis pela educação no país.

Como constatou-se anteriormente a educação para os apenados é um direito assegurado há muito tempo e por diversas formas, tanto nacionais quanto internacionais (Constituição, LDB, CNE, ONU, Lei de Execuções Penais, dentre outras), também foi constatado que as escolas no ambiente da prisão não funcionam há pouco tempo, há registros de que desde os anos 50 já existia nesses locais atividades educacionais. Contudo, a educação no sistema prisional ainda é um tema invisível para muitas pessoas, poucas pessoas sabem que dentro da prisão há escolas. Outro fator importante, que acaba inviabilizando a seriedade e a organização da educação nas prisões é que ela é tida como um privilégio para os apenados, e não como um direito garantido por lei.

Os poucos materiais científicos encontrados sobre a discussão sobre essa problemática destacam, não com muita clareza, o papel do professor de educação física neste campo, que, aliás, é pouco estudado e aprofundado pelos acadêmicos do curso.

Sobre esse debate, os dois materiais encontrados foram: “O profissional da educação física no sistema prisional brasileiro” de Edmar Souza das Neves, Marília Velardi e Mesaque Silva Correia (2011) e “Educação física dentro das prisões – um desafio” de Luiz Gustavo Foregatto Louzano (2014), um artigo e uma monografia, respectivamente. Há de se destacar que os dois materiais são de produção recente.

O primeiro material constitui-se como uma pesquisa bibliográfica junto aos autores da área da educação penitenciária e educação física, com levantamento de fontes, como: livros, revistas científicas, teses, dissertações e legislações pertinentes; uma pesquisa documental nos Arquivos Escolar do Centro de Estudos Supletivos Emílio Médici e Escola Estadual São José para identificar os educadores físicos que desenvolveram suas funções pedagógicas nessas instituições no período de 1996 a 2008 e realização de entrevistas de eixos temáticos com os mesmos, como também com parte de seus ex-alunos e egressos do Complexo Penitenciário e Instituto de Administração Penitenciária do Amapá.

O segundo material aborda a teoria e a prática da Educação Física no contexto da Educação Carcerária, destacando as atividades não formais (atividades físicas/lazer).

Sobre o papel do educador físico neste tipo de instituição Neves, Velardi e Correia (2011), destacam que

a atuação dos educadores físicos é também alvo de inquietações, seja pela forma como compreendem a sua função social na promoção da cidadania, ou pela maneira como pedagogicamente desenvolvem suas práticas educativas escolares, bem como atividades físicas e pedagógicas em diferentes instituições e modalidades de ensino. (NEVES; VELARDI; CORREIA, 2011, p. 1)

Eles afirmam que a educação física é garantida dentre os componentes curriculares na educação dos sentenciados, tendo como motivo científico de sua inserção no programa educacional para os apenados “suscitar a sua readaptação social a partir dos programas educacionais desenvolvidos no sistema penitenciário brasileiro” (NEVES; VELARDI; CORREIA, 2011, p. 2).

No entanto, segundo os mesmos, atualmente a educação física no contexto da educação prisional é vista como processo de educação em saúde, através das vias formais e não formais, pois, promove uma educação efetiva para a saúde e uma ocupação saudável do tempo livre no cárcere do condenado/aluno, tornando-se assim um meio para a conquista do estivo de vida ativo, que quebra com a realidade do ambiente prisional, favorecendo assim uma melhor qualidade de vida uma maior possibilidade de locomoção dos presos (NEVES; VELARDI; CORREIA, 2011).

A respeito da educação física na educação presidiária, Louzano não traz na sua monografia a prática do professor em si, mas, as propostas de atividades físicas / lazer que são desenvolvidas nos presídios, e que, conseqüentemente, estão a cargo do profissional de educação física.

Quanto às atividades de lazer para os detentos, Louzano aponta que o que mais chama atenção é que elas “devem servir para desviar energia, canalizar desejos, relaxar, atenuar o cotidiano” (LOUZANO, 2014, p. 16). Essa perspectiva de lazer, para ele, é limitada, reproduz equívocos históricos e é fruto de uma consideração funcionalista e linear das possíveis contribuições educacionais das atividades de lazer.

Louzano (2014) acredita que o programa de lazer nas prisões deve ser algo muito mais complexo do que isso. Devendo o lazer, além de contribuir para o equilíbrio do apenado, deixá-lo esclarecido sobre sua realidade, buscando dele posições não sejam conformistas. “Logo, vislumbramos não um equilíbrio estático, alienado e desconectado da realidade, mas sim um equilíbrio dinâmico, consciente e crítico.” (LOUZANO, 2014, p. 16).

No que se refere ao programa de atividades físicas nas prisões, Louzano menciona que não se deve limitar a sua contribuição somente a dimensão física da saúde, mas sim, pensar que esse programa (inserido no de lazer), pode ampliar sua extensão de colaboração na ressocialização do detento. Por fim, ele acredita que o programa de lazer deve estar ligado aos diferentes interesses e linguagens, não somente com os físicos.

Em suma, Louzano apontou que um programa de lazer deve

procurar trabalhar os mais diferentes interesses humanos (conteúdos culturais do lazer); buscar o equilíbrio entre consumo e prática das atividades culturais; mediação entre diferentes padrões de organização cultural; não se encerrar em si, mas ser uma forma de contribuir para a conscientização do detento, a partir da compreensão da dupla dimensão educativa do lazer, sem que isso de forma alguma signifique abandono das características de ludicidade dos momentos de lazer.

Portanto, o que se nota no trabalho de Louzano, a respeito do profissional de educação física nas prisões é que, suas atividades desenvolvidas para o lazer devem não só ficar a cargo de trazer objetivos físicos para os detentos, isto é, tem que ter um outro olhar, além do físico, deve fazê-los ficarem atentos à sua realidade, a partir da conscientização e do olhar crítico. Isso irá desenvolver uma ressocialização mais ampla aos detentos.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange ao trabalho do professor de educação física nas escolas dentro do contexto prisional o material científico produzido ainda é muito escasso, e o que é encontrado na maioria das vezes não tem como foco a prática docente em si, e sim, as atividades físicas, as oficinas, projetos que esses profissionais desenvolvem dentro desses ambientes, deixando a claro que, a educação física é tida como uma atividade educativa não formal dentro das escolas no cárcere, diminuindo sua importância enquanto atividade educativa formal. Isso evidencia que o trabalho desenvolvido pela educação física nesses ambientes se dá mais em forma de oficinas, projetos e programas ligados ao esporte, lazer e outros conteúdos.

Cabe ressaltar aqui, como já foi destacado antes, que segundo o DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional) dentro do educação presidiária há atividades educativas formais (escola básica, ensino técnico e profissional) e a não formais (videoteca, atividades de lazer e cultura) e a educação física encaixa-se então dentro do contexto do lazer.

Portanto, tanto os acadêmicos de educação física quanto as instituições formadoras devem estar mais atentas a esse campo de trabalho, a fim de tirar a invisibilidade que tem a educação no cárcere. Isso pode contribuir para que surjam mais trabalhos científicos desenvolvidos com esse tema, que atualmente são pouquíssimos. E, neste sentido, enriquecer a área de conhecimento, tirando a ideia de que a educação física tem somente como campo de trabalho/estudo a escola ou academia, pois, mesmo configurando-se como escola, a educação prisional é totalmente distinta da educação básica nas escolas convencionais.

## REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, Tânia Mara Testai de. **Reflexões sobre a escola e a sua interação com a comunidade**: um estudo de caso. Joinville, 2005.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis – RJ, Vozes: 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011**. Brasília: Presidência da República. Casa

Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7626.htm)>. Acesso em: 16 out. 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 13 out. 2016.

BRASIL. **Lei no 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)>. Acesso em 13 maio 2017.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. **A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano**. Paidéia, 2007, 17(36), 21-32. Brasília, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

LOUZANO, Luiz Gustavo Foregatto. **Educação Física dentro das prisões – um desafio**. Maringá, 2014.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN – Dezembro 2014**. Disponível em: [http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/infopen\\_dez14.pdf](http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/infopen_dez14.pdf). Acesso em: 18 out. 2016.

NEVES, Edmar Souza das Neves; VELARDI, Marília; CORREIA, Mesaque Silva. **O profissional da educação física no sistema prisional brasileiro**. São Paulo, 2011.

NOVELLI, Juliana; LOUZADA, Shênia Soraya Soares. **O trabalho do professor dentro das penitenciárias**. Revista Trajetória Multicursos – FACOS/CNECOSório. Ano 3 – Vol. 5 – nº 6 – Jul/2012 – ISSN 2178 – 4485. Rio Grande do Sul, 2012.

PENIN, Sônia Teresinha de Souza. **Progestão: como articular a função social da escola com as especificidades e as demandas da comunidade?**. Brasília: CONSED – Conselho nacional de Secretários de educação, 2001.

SILVA, Lucineide Ribeiro da. **A escola no sistema prisional**. Salvador, 2011, 67 f.

SOUZA, Maria Ester do Prado. **Família/escola: a importância dessa relação no desempenho escolar**. Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). Paraná, 2009.

TEIXEIRA, Carlos José Pinheiro. **EJA e Educação Profissional**. BRASIL. MECSEED Boletim nº 06, maio 2007 (Salto para o Futuro). p. 14-21.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Aulas diferenciadas 36

### C

Cidadania 31, 109, 110, 113, 114, 117

Ciências 7, 36, 37, 38, 39, 41, 44, 45, 54, 61, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 101, 102, 108, 117, 120, 129, 130, 139, 161, 223, 229

Conhecimento 1, 4, 11, 12

### D

Desperdício de alimentos 129

Docentes 1, 12, 35, 62, 125

### E

Educação de Jovens e Adultos 5, 32, 184, 185, 187, 191, 194, 195

Educação Matemática 34, 101, 139, 144, 146, 159, 160, 171, 172, 247

Educação Prisional 190

Ensino de Ciências 7, 45, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 129

Ensino Híbrido 202, 203, 204, 205, 206, 208, 210, 213

Ensino Superior 5, 1, 12, 104, 113, 123, 124, 161, 210, 211

Estágio 36, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 70, 72, 76, 97, 98, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 177

### F

Formação Continuada 139, 247

Formação de Professores 13, 44, 45, 58, 63, 77, 154, 173, 174, 182, 210

Fundamentos da EPT 24

### G

Gestão Pedagógica 64

### I

Identidade Docente 90

Ideologias Políticas 109

## **J**

Jogos Digitais 223

## **L**

Licenciatura em Matemática 24, 25, 26, 30, 31, 34, 35, 90, 91, 95, 96, 99, 100, 154, 155

Livro didático 184, 189

## **M**

Memoriais de Formação 154, 155, 157

Metodologias Ativas 153, 210, 212, 214, 216, 223

Modelagem Matemática 161, 171

Modelos Didáticos 36

## **O**

Online 87, 202, 203

## **P**

PARFOR 8, 173, 174, 175, 176, 179, 180, 181, 182, 183

PIBID 7, 8, 90, 95, 96, 97, 98, 99, 120, 147, 148, 149, 150, 151, 152

Poema 132

Prática Docente 46

Presencial 202

Projetos Pedagógicos 24, 26, 34, 78, 125

## **R**

Residência Pedagógica 54, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128

Resolução de problemas 139, 140, 145, 146

Revisão de Literatura 77

## **S**

Socialização 13

## **T**

Tecnologia Educacional 77

Tutoria 102, 103, 104, 105, 108

## **V**

Vídeo 147, 148

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-533-4



9 788572 475334